

Jean Colbert Dias

RESPONSABILIDADE DO GESTOR PÚBLICO E DO ADVOGADO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

**O Dolo e a Má-Fé na Responsabilização
do Advogado e do Gestor Público**

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9177-2



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Dias, Jean Colbert.

D541 Responsabilidade do gestor público e do advogado nas
 contratações públicas: o dolo e a má-fé na responsabiliza-
 ção do advogado e do gestor público./ Jean Colbert Dias./
 Curitiba: Jurua, 2019.
 202p.

1. Gestor público – Responsabilidade. 2. Advogado –
 Responsabilidade. 3. Administração pública. I. Título.

CDD 342(22.ed)
 CDU 342

00072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 – O PAPEL DO GESTOR PÚBLICO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DIRETAS	17
1.1 OS ASPECTOS GERAIS SOBRE AS LICITAÇÕES.....	17
1.2 A CONTRATAÇÃO DIRETA	19
1.3 OS CONTORNOS GERAIS SOBRE A ATUAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO	25
1.3.1 A Imperfeição do Ato Administrativo e a Investigação de sua Origem	30
1.3.2 A Discricionariedade do Gestor Público	33
1.3.3 O Controle da Atuação Discricionária	37
1.3.4 O Controle da Atuação Discricionária do Gestor Público e a Busca por Proteção.....	40
2 – A CONTRATAÇÃO DIRETA DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO COMO EXEMPLO DA INSEGURANÇA JURÍDICA	43
2.1 AS CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO E SUA FINALIDADE	43
2.2 O OBJETIVO DA PARCERIA ENTRE O PODER PÚBLICO E AS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR.....	45
2.3 O VÍNCULO JURÍDICO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPS	47

2.4	DA INAPLICABILIDADE DA LEI 8.666/1993 NA FORMAÇÃO DO VÍNCULO JURÍDICO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO.....	53
2.5	A INCIDÊNCIA DAS REGRAS DO DECRETO FEDERAL 3.100/1999	62
2.6	O POSICIONAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.....	64
2.7	O MÉTODO UTILIZADO PARA FUNDAMENTAR A CONTRATAÇÃO DIRETA DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO BASEADO NO DECRETO 3.100/1999.....	66
2.8	A IRRETROATIVIDADE DA LEI	68
2.9	O TERMO DE PARCERIA FIRMADO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO – AUSÊNCIA DE ERRO – APLICAÇÃO DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	70
3 –	A AUTONOMIA DO ADVOGADO	75
3.1	A INVIOABILIDADE DO ADVOGADO PARECERISTA – EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.....	75
3.1.1	A Jurisprudência Criminal Acerca da Imunidade Profissional ..	78
3.2	O ADVOGADO PÚBLICO NÃO EXERCE ATOS DE GESTÃO....	82
3.3	O PARECER JURÍDICO NO PROCESSO LICITATÓRIO	85
3.4	A FORÇA VINCULATIVA DO PARECER JURÍDICO NAS LICITAÇÕES.....	90
3.4.1	A Extensão dos Pareceres Jurídicos nas Licitações e a Responsabilização do Advogado Perante o Tribunal de Contas da União	94
3.5	A NATUREZA DO PARECER JURÍDICO EMITIDO NA LICITAÇÃO E O POSICIONAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA.....	100
3.6	A DELIMITAÇÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO DO ADVOGADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	106
3.7	O POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL NA SEARA CÍVEL E CRIMINAL SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO DO ADVOGADO PARECERISTA	115

3.8	A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A NOVA REDAÇÃO DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	126
3.9	A VIRADA HERMENÊUTICA	129
4 –	A INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA E A SEGURANÇA JURÍDICA	147
4.1	A NECESSÁRIA INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA.....	147
4.2	A RECLAMADA SEGURANÇA JURÍDICA COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO AO GESTOR E AO ADVOGADO PARECERISTA.....	152
4.2.1	Os Efeitos da Insegurança Jurídica	153
4.2.2	A Judicialização do Processo Administrativo	156
4.3	OS LIMITES DA FORÇA VINCULANTE DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	158
4.3.1	Os Tribunais de Contas e o Relacionamento com as Orientações Gerais das Cortes Superiores.....	165
4.4	O PROBLEMA: A FALTA DE PREVISIBILIDADE E UNIFORMIZAÇÃO ENTRE AS DECISÕES JUDICIAIS E OS POSICIONAMENTOS DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	168
4.5	A EXIGIDA SEGURANÇA JURÍDICA.....	172
4.6	A NECESSIDADE DE INSTITUIR-SE UMA UNIFORMIZAÇÃO SOBRE A RESPONSABILIDADE DO GESTOR PÚBLICO E DO ADVOGADO PARECERISTA	174
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
	REFERÊNCIAS	183
	ÍNDICE REMISSIVO.....	189